



Senado Federal

CONCURSO PÚBLICO

Aplicação: 3/2/2002

CARGO:

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA 19 – SAÚDE

CADERNO DE PROVA:

PRIMEIRA ETAPA – PARTE II

CEspe
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

CARGO: **CONSULTOR LEGISLATIVO**

ÁREA 19 – SAÚDE

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno consta da prova objetiva da Primeira Etapa – Parte II: **Conhecimentos Específicos**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2001 – SENADO, de 31/10/2001.
- 4 Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

AGENDA

- I **5/2/2002** – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **6 e 7/2/2002** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas exclusivamente nos locais que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **28/2/2002** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para as provas discursivas.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 DOS RECURSOS do Edital n.º 1/2001 – SENADO, de 31/10/2001.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)–61–448–0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.



SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA 19 – SAÚDE

Nas questões de 51 a 80, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna **C**; itens **ERRADOS** na coluna **E**. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará anulação ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 51

Julgue os itens seguintes, relativos à política nacional de vigilância sanitária e à legislação pertinente.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Foi feita uma denúncia acerca da presença de determinada substância química na tampa de uma bebida. Os fabricantes explicaram que essa presença é normal, devida ao uso de utensílios nos processos de manipulação, estocagem e embalagem do produto.
Nesse caso, nos termos do Decreto-Lei n.º 986/1969, a substância química é definida como um aditivo incidental.
- ❷ Na fabricação de um determinado refrigerante, utiliza-se uma substância aromatizante que também intensifica o sabor da bebida. Nos termos do Decreto-Lei n.º 986/1969, a presença de uma substância desse tipo é permitida em algumas situações, entre elas, quando comprovada sua inocuidade e utilizada dentro dos limites permitidos.
- ❸ Até a década passada, uma farmácia que manipulasse fórmulas officinais e magistrais obedecendo a preceitos da farmacotécnica homeopática, encontrava-se em relativo estado de desamparo legal, pois a Lei n.º 5.991/1973, que dispunha acerca do controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, não contemplava o comércio de medicamentos homeopáticos.
- ❹ Segundo a Lei n.º 9.782/1999, a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras é atribuição do governo do estado em que se encontra localizado o município, podendo ser supletivamente exercida pela Associação Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- ❺ Considere a situação hipotética a seguir.
O Ministério da Saúde adquiriu, em caráter emergencial, um grande lote de vacinas para enfrentar um surto de doença imunoprevenível. O imunobiológico foi adquirido por intermédio de um organismo multilateral e internacional.
Nesse caso, nos termos da Medida Provisória n.º 2.134, que altera as Leis n.º 9.782/1999, e n.º 6.437/1977, a ANVISA pode dispensar o registro desse imunobiológico.

QUESTÃO 52

Com relação à política internacional de sangue e hemoderivados e à legislação pertinente, julgue os itens abaixo.

- ❶ A Lei n.º 10.205/2001 estabelece que a hemoterapia é uma especialidade médica, de responsabilidade exclusiva de médicos hematologistas ou hemoterapeutas. Assim, caso os gestores do hospital de uma pequena cidade implantem um serviço que inclua atividades de hemoterapia, o quadro funcional desse hospital deve contar com um médico especialista, sob pena de não poder operar o serviço, mesmo que este seja credenciado no Ministério da Saúde.
- ❷ A Lei n.º 10.205/2001 instituiu o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (SINASAN), em que se incluem os centros de produção de hemoderivados que trabalham com produtos industrializados a partir de sangue venoso.
- ❸ A Lei n.º 10.205/2001 proíbe a comercialização dos processos de coleta, estocagem, distribuição e transfusão do sangue. No entanto, caso um país vizinho sofra uma grande catástrofe e precise urgentemente de sangue e hemoderivados, poderá o Brasil exportar sangue para esse país, conforme faculta essa mesma lei.
- ❹ A Lei n.º 10.205/2001 ratifica a proibição de doação remunerada de sangue, já prevista no Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados (Pró-Sangue), criado em 1980.
- ❺ De acordo com a legislação vigente (Lei n.º 10.205/2001), o processamento de sangue, componentes e hemoderivados não pode ser responsabilidade de biomédicos. Outros profissionais de saúde, como enfermeiros, podem assumir tais funções.

QUESTÃO 53

Mudanças na composição demográfica e no quadro nosológico-epidemiológico estão em curso no Brasil. As repercussões sobre a saúde e as demandas aos serviços juntam-se à desigualdade estrutural existente no país. Julgue os itens que se seguem, a respeito dos processos de transição demográfica e epidemiológica.

- ❶ Atualmente no Brasil, o principal fator envolvido na transição demográfica é a grande queda na mortalidade geral.
- ❷ A transição epidemiológica caracteriza-se por um aumento na mortalidade causada por doenças neoplásicas e degenerativas crônicas com períodos de indução prolongados. Simultaneamente, há queda na mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, agravos agudos de períodos de incubação curtos.
- ❸ Os conflitos agrários e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) surgem de um processo de ruralização da população brasileira, que se tornou evidente nos dados do último censo.
- ❹ De acordo com McKeown e outros teóricos da medicina social, em muitos países, incluindo o Brasil, os fatores decisivos da transição epidemiológica são intervenções tais como a síntese de antimicrobianos, de vacinas, e a tecnologia de ponta na assistência médica, que teriam conseguido reduzir em mais de 90% a mortalidade causada pela maioria das doenças infecciosas.
- ❺ A transição demográfica caracteriza-se pela diminuição da fecundidade e da natalidade, bem como pelo aumento da expectativa média de vida da população. Para propósitos de cálculo e interpretação, a diferença entre os dois primeiros indicadores encontra-se no numerador.

QUESTÃO 54

Com relação aos indicadores de mortalidade amplamente utilizados para avaliar as condições de saúde-doença das populações, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Nas grandes cidades brasileiras, as principais causas de óbitos entre homens de 15 a 25 anos de idade estão contempladas no grupo de causas externas.
- ❷ A encefalite rábica (raiva humana) é uma doença com baixo coeficiente de mortalidade e com alto coeficiente de letalidade.
- ❸ Indicadores que relativizam a mortalidade proporcional no grupo etário com mais de 50 anos de idade e que a comparam com a mortalidade em outras faixas etárias (indicador de Swaroop-Uemura, indicador de Guedes e Curva de Moraes) têm um valor limitado na avaliação do nível de saúde de uma população na perspectiva da transição epidemiológica e demográfica.
- ❹ O coeficiente de mortalidade materna vem diminuindo no Brasil. Entretanto, permanece mais alto nas regiões Norte e Nordeste. Estimativas do Ministério da Saúde indicam que o valor, em 1998, era de 58,5/100.000, patamar elevado quando comparado ao dos países desenvolvidos (nos EUA é menor que 10). Esse indicador reflete condições ligadas à chamada saúde reprodutiva e, de modo geral, à saúde da mulher, não estando relacionado ao acesso e à qualidade dos serviços de assistência.
- ❺ O coeficiente de mortalidade materna, também chamado de taxa ou índice de mortalidade materna, é calculado com base no cômputo dos óbitos devidos a gravidez, parto e puerpério, dividido por um denominador constituído pelo número estimado de grávidas no mesmo ano.

QUESTÃO 55

São objetos de estudo da epidemiologia no Brasil: a coexistência das doenças infecto-contagiosas com as crônico-degenerativas e os hábitos relevantes para a saúde. A respeito desses temas, julgue os itens em seguida.

- ❶ A dengue foi reintroduzida no Brasil na década de 80. Cientistas alertam para a reintrodução da transmissão da febre amarela nas cidades (febre amarela urbana), situação que não acontece há várias décadas. Esses dois agravos reemergentes já constituem importantes desafios no século XXI. As duas doenças estão relacionadas pelo modo de transmissão.
- ❷ Estudos que se baseiam no perfil epidemiológico dos casos notificados de AIDS pelo Ministério da Saúde durante o ano 2000 refletem adequadamente as condições atuais de transmissão da doença e devem ser utilizados para definir políticas de prevenção.
- ❸ Quando se comparam pessoas sedentárias com as que realizam exercícios físicos regulares, o risco relativo para a ocorrência de eventos coronarianos é de dois. Isso significa que, desconsiderando outras variáveis, os hábitos de atividades físicas regulares reduzem o risco desses eventos à metade.
- ❹ A proximidade de populações migrantes não-nativas de ecossistemas previamente inalterados e o desmatamento desses meios não têm relevância na manutenção de altas taxas de doenças metaxêmicas nem no risco de aparecimento de novos agravos desse tipo ou na transferência de agravos semelhantes entre distintas regiões do país.
- ❺ Os hábitos relevantes para a saúde, práticas sociais convencionalmente chamadas de estilo de vida, assumem hoje uma importância ímpar na definição de padrões de morbi-mortalidade das populações contemporâneas.

QUESTÃO 56

No título VIII da Constituição da República, o capítulo II relaciona-se à seguridade social. Com referência a esse tema, julgue os itens a seguir.

- ❶ Caso grupos de moradores de um bairro periférico de uma cidade brasileira reivindiquem melhores condições de moradia, educação e saúde, sua associação de moradores poderia invocar a seção I do título VIII no capítulo II da Constituição da República. O art. 194 dessa seção determina que a seguridade social é constituída por uma série de ações de iniciativa do Poder Público, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação pública e à moradia digna.
- ❷ O título VIII da Constituição da República, no capítulo II, inclui um inciso sobre a receita de concursos de prognóstico, em que é contemplada a forma de contribuição para a seguridade social de produtores, parceiros, meeiros, arrendatários rurais, pescadores artesanais, que exercem atividades em regime de economia familiar.
- ❸ A seção II do título VIII da Constituição da República está relacionada à saúde. Sendo a saúde um assunto de relevância pública, compete aos agentes privados sua regulamentação, fiscalização e controle, podendo sua execução ser feita por intermédio de terceiros.
- ❹ Na seção II do título VIII da Constituição da República, o art. 199 trata da participação da iniciativa privada na assistência à saúde, a qual pode ser efetivada mediante contratos de direito público ou convênios, não havendo distinção entre entidades filantrópicas e aquelas que têm fins lucrativos.
- ❺ Na seção II do título VIII da Constituição da República, o art. 198 estabelece o Sistema Único de Saúde (SUS), como um sistema hierarquizado e regionalizado, que será organizado com base nos princípios da descentralização, do atendimento integral e da participação da comunidade.

QUESTÃO 57

Com referência aos conceitos, à regulamentação e à operacionalização do SUS, julgue os itens abaixo.

- ❶ Na concepção do distrito sanitário/sistema local de saúde (SILOS), o conceito operacional de área de influência está relacionado à territorialização, independentemente da existência de fluxos de referência.
- ❷ Segundo a Constituição da República, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- ❸ De acordo com a norma operacional básica do SUS (NOB-SUS/96), o piso assistencial básico (PAB), referente ao montante de recursos destinados ao custeio de procedimentos e ações de assistência básica, é de responsabilidade tipicamente estadual.
- ❹ A transferência regular de recursos fundo a fundo e a remuneração de serviços produzidos são as maneiras pelas quais, segundo a NOB-SUS/96, os valores do teto financeiro da vigilância sanitária (TFVS) são executados.
- ❺ A elaboração e a execução do plano estadual de prioridade de investimentos, negociado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde (CES), não são responsabilidades que condicionem a gestão avançada do sistema estadual de saúde ou a gestão plena do sistema estadual, contempladas na NOB-SUS/96.

QUESTÃO 58

No que se refere aos conceitos, à regulamentação e à operacionalização do SUS, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ As diretrizes de descentralização, de atendimento integral e de participação da comunidade que orientam o SUS foram estabelecidas pelas conferências de saúde organizadas após a promulgação da Constituição de 1988 e, portanto, não estão contempladas nesse documento.
- ❷ Conforme a norma operacional de assistência à saúde do SUS (NOAS-SUS-01/01), a elaboração do plano diretor de regionalização, em consonância com o plano estadual de saúde, com a aprovação da CIB e do CES, é competência do governo federal.
- ❸ A NOAS-SUS-01/01, em sua seção referente à qualificação das microrregiões na assistência à saúde, estabelece que é competência do gestor estadual a condução da programação pactuada integrada (PPI), no sentido de viabilizar o financiamento das internações hospitalares e respeitando o teto financeiro de assistência (TFA) do respectivo estado.
- ❹ A NOAS-SUS-01/01 não contempla diretrizes para a organização dos serviços de média complexidade e da atenção aos de alta complexidade/alto custo no SUS porque prioriza serviços básicos de atenção à saúde em uma perspectiva preventiva.
- ❺ Segundo a NOAS-SUS-01/01, todos os municípios que vierem a ser habilitados em gestão plena do sistema municipal de saúde estarão também habilitados em gestão plena da atenção básica ampliada.

QUESTÃO 59

Com referência aos conceitos, à regulamentação e à operacionalização do SUS, a legislação vigente estabelece as bases para assegurar a participação da comunidade e o controle social, considerados premissas básicas para a efetivação da reforma sanitária. A respeito desse assunto, julgue os itens em seguida.

- ❶ A gestão pública do SUS deve ser democrática. Nesse sentido, a Lei n.º 8.142/1990 tem importância fundamental, já que instituiu formas de participação e de controle social.
- ❷ Nos sistemas municipais de saúde, os conselhos de saúde devem ter um caráter deliberativo, paritário e orgânico-institucional.
- ❸ A partir da década de 80 do século passado, já era requisito para a habilitação do município como gestor do sistema municipal de saúde o funcionamento regular do Conselho Municipal de Saúde.
- ❹ Os conselhos de saúde são foros com representação de vários segmentos sociais que se organizam com uma determinada periodicidade não-prefixada, nas esferas federal, estadual e municipal, a fim de avaliar a situação de saúde e elaborar diretrizes para a formulação de políticas do setor.
- ❺ O Ministério Público e os órgãos de defesa do consumidor podem ser considerados como parceiros efetivos na garantia do controle social em saúde. Já as entidades representativas de segmentos profissionais e os meios de comunicação não têm nenhum papel a esse respeito.

QUESTÃO 60

Relativamente à Lei n.º 9.656/1998, modificada pela Medida Provisória n.º 2.097, que dispõe sobre os seguros privados de assistência à saúde, julgue os itens abaixo.

- ❶ Caso uma entidade estrangeira queira participar na operação de um plano de assistência à saúde em colaboração com uma entidade brasileira de características semelhantes, de acordo com a legislação isso não será possível, já que é vedado a pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior participar do capital ou do aumento do capital de pessoas jurídicas de direito privado para operar planos e seguros de assistência à saúde.
- ❷ O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) constitui o principal órgão regulador dos seguros privados de assistência à saúde. A legislação estabelece que o CNSP está integrado pelos máximos representantes de várias entidades que têm participação no ramo e no governo, sendo presidido pelo Ministro de Saúde ou seu representante legal.
- ❸ Outro órgão importante na regulação dos seguros privados de assistência à saúde é a Câmara de Saúde Suplementar (CSS). A CSS é um órgão do CNSP, com atribuições específicas. A CSS é integrada por membros do CNSP, representantes das entidades de defesa do consumidor, representantes indicados pelos órgãos superiores de classe de algumas categorias vinculadas aos planos e seguros privados, bem como por representantes das categorias profissionais.
- ❹ A existência de diversos tipos de cobertura dos planos de assistência à saúde levou à instituição do plano-referência de assistência à saúde. Em ocasiões em que é considerada necessária a hospitalização, tal plano contempla a cobertura assistencial médico-hospitalar, que abrange partos, tratamentos com padrão de enfermagem e centro de terapia intensiva. Uma exceção a essa cobertura está relacionada ao fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios, independentemente de estarem ou não ligados a ato cirúrgico.
- ❺ Se uma pessoa for diagnosticada com uma condição mórbida, aparentemente existente há mais de dois anos e se essa pessoa tiver assinado, há 25 meses, um documento contratual com um plano de saúde, ela poderá ser excluída da cobertura para a referida condição, nos termos do art. 11 da mencionada lei.

QUESTÃO 61

A disponibilidade e o acesso aos medicamentos, como parâmetros que permitem medir a qualidade dos serviços de saúde, constituem indicadores sociais de justiça e equidade na distribuição das riquezas de uma nação (Declaração sobre políticas farmacêuticas dos países andinos – Cartagena, Colômbia, março de 1993). A Lei n.º 9.787/1999, que alterou a Lei n.º 6.360/1976, que dispõe acerca da vigilância sanitária, estabeleceu as bases de regulamentação da política do medicamento genérico como estratégia governamental de promoção do melhor acesso aos fármacos. Com relação a esse tema, julgue os itens em seguida.

- ❶ A política do medicamento genérico objetiva uma maior racionalidade na utilização de medicamentos, bem como um estímulo à concorrência, na qual os consumidores, individuais e institucionais, terão disponíveis produtos intercambiáveis de diferentes preços, respeitando-se a decisão de não-intercambialidade do profissional prescritor. É previsível que a competição referida venha proporcionar a redução dos preços dos medicamentos, beneficiando todos os segmentos envolvidos na cadeia de produção, controle, comercialização e, principalmente, de consumo.
- ❷ Um dado medicamento contém os mesmos princípios ativos, as mesmas concentrações, as mesmas formas farmacêuticas e vias de administração, a mesma indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstica do medicamento de referência registrado no órgão responsável pela vigilância sanitária, diferindo somente em características de tamanho, forma, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos. Em conformidade com a legislação vigente, esse medicamento é chamado de **medicamento genérico** e deve ser sempre identificado pelo nome comercial ou pela marca.
- ❸ Um fabricante de remédios produz um medicamento, e sua marca é devidamente autorizada e registrada. Nos termos da legislação mencionada, na embalagem, além dessa marca, o fabricante deve mostrar também o nome do medicamento de acordo com a denominação comum brasileira (DCB). Na falta dela, poderá ser utilizada a denominação comum internacional, em letras cujo tamanho não deve ser inferior à metade do tamanho das letras da marca.
- ❹ Definições farmacológicas aceitas e incorporadas à referida lei estipulam a definição de bioequivalência. Esse conceito está relacionado à velocidade e extensão da absorção do princípio ativo em uma determinada forma de dosagem, a partir de uma curva de concentração por tempo na circulação sistêmica ou sua excreção urinária.
- ❺ A orientação para a elaboração de políticas do medicamento genérico foi estipulada há mais de uma década pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e vários países em desenvolvimento têm adotado essa estratégia, ampliando significativamente a assistência farmacêutica. Países desenvolvidos como o Reino Unido, a França, a Alemanha, o Canadá, os Estados Unidos da América e o Japão nunca adotaram essa política.

QUESTÃO 62

Com referência à atual política de controle e vigilância de agravos e aos sistemas de informação necessários para os sistemas de vigilância, julgue os itens a seguir.

- ❶ O controle da febre amarela baseia-se primordialmente no tratamento adequado dos casos hemorrágicos e no controle entomológico pela eliminação dos criadouros dos vetores.
- ❷ O sistema de informação de agravos de notificação (SINAN) é um sistema que registra e sistematiza exclusivamente dados de morbidade devida a doenças endêmicas, sendo fundamental para as atividades de vigilância epidemiológica.
- ❸ A vinculação entre diversos sistemas de informação em saúde, como o sistema de informação de mortalidade (SIM) e o sistema de informação de nascido vivo (SINASC), é desejável, pois a construção de indicadores como os coeficientes de mortalidade infantil e de mortalidade materna depende de dados registrados em sistemas diferentes.
- ❹ De acordo com a Portaria n.º 1.399/1999, que regulamenta a NOB-SUS-1/96 no que diz respeito às competências da União, municípios e estados nas áreas de epidemiologia e controle de doenças, fica estabelecido que é de competência federal a investigação epidemiológica de casos notificados, surtos e óbitos por doenças específicas.
- ❺ Os comitês interinstitucionais de epidemiologia atuam fornecendo subsídios para a definição do custeio das ações de epidemiologia e controle das doenças, que, conforme a NOB-SUS-9, seria uma atribuição dos municípios, mediante a prévia negociação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovação pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

QUESTÃO 63

Alguns dos direitos e garantias do trabalhador, com repercussões profundas sobre a saúde têm sido reconhecidos na Constituição da República e em legislação ulterior (Portaria 3.214/1978 – NR-28 e NR-7 do PCMSO). A respeito desse tema, julgue os itens abaixo.

- ❶ Caso uma pessoa, com 35 anos de idade, trabalhe há 12 anos em uma atividade que julgue prejudicial a sua saúde e deseje se aposentar, isso não será possível porque a Constituição da República não contempla a modificação do tempo de aposentadoria em virtude do trabalho sob condições especiais, tais como aquelas que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
- ❷ A Constituição da República prevê a cobertura do risco de acidentes de trabalho em relação ao regime da Previdência Social e do setor privado.
- ❸ Caso um trabalhador reivindique aposentadoria por invalidez em decorrência de lesão ocorrida no passado, quando estava empregado em uma empresa, de acordo com a legislação vigente, será dispensável um exame médico demissional para constatar a lesão.
- ❹ Um agente de inspeção do trabalho do Ministério do Trabalho (Mtb) que, ao fiscalizar uma empresa, constata uma situação que represente risco grave e iminente à saúde ou à integridade física dos trabalhadores, conforme a NR-9 do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), estará habilitado a decidir a interdição do estabelecimento, de um setor, máquina ou equipamento.
- ❺ Um agente de inspeção do trabalho do MTb, pertencente à categoria de agentes de higiene e segurança do trabalho, que realize atividades de fiscalização em uma empresa pode emitir de acordo com a legislação vigente, autos de infração.

QUESTÃO 64

A prevenção dos acidentes de trabalho é uma prioridade para o Ministério da Saúde e tem implicações para outros setores. O monitoramento dos acidentes de trabalho fornece informações relevantes na orientação de ações de prevenção e controle. A esse respeito, julgue os itens em seguida.

- ❶ A existência de instrumentos de notificação de acidentes de trabalho é de fundamental importância para a implementação da vigilância à saúde do trabalhador, determinada pela Portaria n.º 3.120/1998. Nesse sentido, o principal instrumento existente é a comunicação de acidente de trabalho (CAT) da Previdência Social.
- ❷ A uma pequena empresa que trabalha com produtos que podem produzir queimaduras no rosto e em outras partes do corpo a eles expostas, cabe à Secretaria Estadual do Trabalho o fornecimento gratuito aos empregados de equipamentos de proteção individual.
- ❸ A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), cuja constituição está prevista na CLT, deve ter representantes dos empregadores e dos empregados. Os cargos de presidente e de vice-presidente da CIPA devem ser indicados pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do local onde está sediada a empresa.
- ❹ O comitê assessor das lesões por esforços repetitivos (LER) e dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) do Ministério da Saúde elaborou o Plano de Controle de LER/DORT sob coordenação da área técnica de saúde do trabalhador. Uma das diretrizes é o estabelecimento de um sistema permanente de vigilância dentro do SUS.
- ❺ Caso um trabalhador desempenhe suas funções em uma fábrica sob condições de temperatura e umidade cuja insalubridade foi comprovada pela DRT, nesse caso, a continuação do exercício do trabalho nessas condições, acima do limite, de tolerância estabelecido pelo Ministério do Trabalho, será proibida e não assegurará a percepção de um adicional sobre o salário, dependendo do grau de insalubridade.

QUESTÃO 65

Com relação ao uso de drogas e às estratégias de controle, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ A estratégia de redução de danos, a qual inclui os programas de troca de seringas, é polêmica porque se restringe às drogas ilícitas.
- ❷ A prevalência de uso do cigarro tem diminuído nas últimas décadas, no Brasil. Contudo, essa redução não tem sido homogênea entre os diversos segmentos sociais, pois relaciona-se a diferenças sócio-econômicas e, provavelmente, a questões de gênero.
- ❸ A abordagem da redução de danos parte de pressupostos muito semelhantes aos da abordagem tradicional. As duas diferem apenas nos métodos de persuasão.
- ❹ O tetra-hidro-cannabinol, princípio ativo da maconha ou marijuana, encontra-se nas inflorescências femininas da planta *Cannabis sativa*, em altas concentrações. As recentes evidências de possibilidades terapêuticas do princípio ativo dessa planta tornam sem valor restrições ao uso recreacional e implicam a imediata liberação do uso.
- ❺ Por se tratar de substâncias que podem produzir dependência e, conforme indicam dados epidemiológicos, aumentar o risco de agravos à saúde, o cigarro e as bebidas alcoólicas podem ser considerados drogas, apesar da legalidade de comercialização e do uso controlado.

QUESTÃO 66

Em relação à lei de entorpecentes e à legislação complementar que trata do controle dessas substâncias, julgue os itens a seguir.

- ❶ Com a constatação da magnitude do problema referente ao uso de esteróides ou peptídeos anabolizantes, dois dispositivos legais (a Lei n.º 9.965/2000 e a Resolução da Diretoria Colegiada da Associação Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) n.º 147/2001) determinaram a proibição terminante da dispensação e venda de tais medicamentos em farmácias ou drogarias.
- ❷ A Lei de Entorpecentes ou Lei de Drogas tornou-se ultrapassada em razão dos valores exigidos pela sociedade brasileira quanto a aspectos como a dependência química e seu tratamento, bem como o agravamento da produção, do tráfico e da distribuição de drogas ilícitas.
- ❸ O órgão que substituiu o antigo Conselho Federal de Entorpecentes, em virtude da Medida Provisória n.º 1.669/1998, o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), está vinculado desde então ao Ministério da Justiça.
- ❹ Na atual organização da política de luta contra as drogas por parte do governo federal, a orientação normativa acerca da repressão ao uso indevido, ao tráfico ilícito e à produção não autorizada de entorpecentes e drogas que produzem dependência psíquica ou física é atribuição do CONAD.
- ❺ A Resolução n.º 147/2001 da Diretoria Colegiada da ANVISA fornece uma lista de substâncias sujeitas a controle, principalmente medicamentos e drogas psicoativas. Tal resolução exclui os precursores de drogas, como determinadas plantas, bem como insumos de entorpecentes, pois eles estão contemplados em outros instrumentos da legislação vigente.

QUESTÃO 67

A Lei n.º 10.167/2000, que altera dispositivos da Lei n.º 9.294/1996, dispõe acerca de restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. A respeito dessa lei, julgue os itens seguintes.

- ❶ A propaganda dos produtos fumíferos poderá ser realizada em ambientes externos, por meio de *outdoors*, placas e cartazes luminosos desde que contenha as advertências do Ministério da Saúde quanto aos prejuízos decorrentes do uso abusivo desses produtos.
- ❷ Não poderá ser feita a comercialização de cigarros em estabelecimentos de ensino e de saúde.
- ❸ A restrição de consumo de cigarro em vôos comerciais foi determinada por uma decisão judicial. A legislação deixa a critério das empresas aéreas a normatização do consumo de cigarros em aviões, que passa a depender do tempo de duração do vôo.
- ❹ Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos legais, as bebidas potáveis com qualquer teor alcoólico detectável (acima de 2 graus Gay Lussac).
- ❺ O medicamentos anódinos e de venda livre, assim classificados pelo órgão competente do Ministério da Saúde, poderão ser anunciados nos órgãos de comunicação social com as advertências quanto ao seu abuso, conforme indicado pela autoridade classificatória.

QUESTÃO 68

Apesar da melhora nos indicadores de saúde da criança e da mulher, o Brasil ainda enfrenta problemas sérios em relação a esses segmentos da população. Vários programas desenvolvidos e(ou) incentivados pelo Ministério da Saúde buscam responder a essas demandas. Com relação a esses programas, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Um dos focos da iniciativa hospital amigo da criança (IHAC), promovido pelo Ministério da Saúde, com apoio da UNICEF e da Organização Panamericana da Saúde (OPAS), é o combate à livre propaganda de leites artificiais para bebê, bem como de bicos, chupetas e mamadeiras.
- ❷ Até 25% dos partos ocorrem em mães com idade entre 10 e 19 anos; mulheres nessa faixa etária constituem 22% da população brasileira (estima-se em 32 milhões esse número). Por esse motivo, o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), do Ministério da Saúde, estabeleceu que é de competência do município o estímulo à execução de pesquisas que visem compreender as atitudes dos adolescentes e seus comportamentos frente à saúde.
- ❸ A prevalência de baixo peso ao nascer foi estimada em 9% para a segunda metade da última década. Há consenso de que tal índice reflete, indiretamente, a qualidade da assistência à saúde reprodutiva da mulher. Mesmo que esse índice tenha atingido a meta da cúpula mundial em favor da infância, de redução a menos de 10% dos nascidos vivos, outros indicadores de saúde da mulher apontam para importantes deficiências na qualidade dos serviços direcionados a mulheres em situação de maternidade.
- ❹ Dados de uma pesquisa nacional por amostragem, realizada em 1996, indicam que apenas 15% das crianças menores de dois anos de idade, detentoras do chamado cartão da criança, foram pesadas nos dois meses anteriores à entrevista. Esse dado não pode ser utilizado como um indicador operacional das ações de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças, pois 80% das crianças possuem o cartão da criança.
- ❺ O projeto carteiro amigo, promovido pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com o objetivo de reduzir a violência doméstica, teve início em uma experiência realizada no Ceará, em 1996.

QUESTÃO 69

A redução da mortalidade materna tem sido uma prioridade para o Brasil. Desse modo, o coeficiente de mortalidade materna veio diminuindo de forma constante nas últimas décadas. Entretanto, nos últimos anos, segundo o Ministério da Saúde, esse coeficiente ficou estável, permanecendo em patamares que são considerados demasiadamente elevados para as condições tecnológicas atuais do país. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo.

- ❶ Os comitês municipais de morte materna, fomentados pelo Ministério da Saúde, têm como objetivo a implementação imediata das medidas pertinentes de intervenção que promovam a redução dos óbitos maternos. Essas medidas têm sido definidas no ministério pela área técnica de saúde da mulher.
- ❷ Cabe às secretarias estaduais de saúde manter os bancos de dados (SIM, SINASC, SIPAC) sob sua responsabilidade, de modo a monitorar o desempenho do programa de humanização do pré-natal, parto e nascimento.
- ❸ No âmbito do programa de humanização do pré-natal, parto e nascimento, a identificação de laboratórios e a garantia de realização dos exames básicos e do acompanhamento pré-natal, bem como a definição do sistema de referência e contra-referência para assistência ambulatorial e hospitalar de parto e puerpério são de competência de estados.
- ❹ Os coeficientes de incidência de tétano neonatal e de sífilis congênita são considerados indicadores de impacto do programa de humanização do pré-natal, parto e nascimento.
- ❺ O percentual de gestantes inscritas, que recebe a dose imunizante de vacina antitetânica é considerado um indicador de impacto do programa de humanização do pré-natal, parto e nascimento.

QUESTÃO 70

Dois dos segmentos mais vulneráveis da população são constituídos pelos coletivos nos dois extremos da vida. Em 1995, a implantação do projeto para redução da mortalidade na infância (PRMI), colocou a mortalidade infantil na agenda política do governo. O PRMI visava ampliar a capacidade do setor saúde no sentido de atender integralmente e com eficiência a criança até cinco anos de idade. A introdução da atenção integrada às doenças prevalentes na infância, a partir de 1997, em todo o Brasil, tem sido um fator de grande importância na redução da mortalidade e na melhoria da qualidade da assistência prestada às crianças menores de cinco anos de idade. Já o programa de atenção integral à saúde do idoso, do Ministério da Saúde, tende a responder às demandas de assistência de um segmento que, com o envelhecimento relativo da população, torna-se mais representativo. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- ❶ Na priorização de programas dentro da política nacional de alimentação, a anemia por carência de ferro (anemia ferropriva), constitui um problema nutricional menos relevante que a deficiência de vitamina A. A anemia ferropriva afeta menos de 10% das crianças menores de 2 anos de idade e apenas 5% das gestantes.
- ❷ Nas últimas décadas, a promoção de terapias de reidratação oral (TRO) tem sido uma das estratégias fundamentais para reduzir a mortalidade devida a doença diarreica em crianças. Estudos mostram que houve, na última década, um aumento do uso de TRO e uma diminuição na frequência de relato de doença diarreica, nos quinze dias imediatamente anteriores à pesquisa, em crianças menores de cinco anos de idade. Paralelamente a esse processo, verifica-se uma queda no coeficiente de mortalidade infantil no mesmo período no país.
- ❸ O programa atenção integrada às doenças prevalentes na infância (AIDPI) fundamenta-se no fato de que a situação da saúde de uma população estimada em 16 milhões de crianças no país é extremamente desigual. A macrorregião Nordeste é a que se encontra em maior desvantagem, já que abriga 1/3 da população, com apenas 30% das crianças menores de cinco anos de idade do país, e apresenta 50% dos óbitos em crianças do total nacional.
- ❹ O programa de atenção integral à saúde do idoso, do Ministério da Saúde, no tocante à promoção da saúde, elaborou, em colaboração com algumas entidades, o programa “vida ativa”, cujo objetivo é conscientizar e mobilizar a sociedade de modo a estimular a atividade física e possibilitar o acesso aos meios e a sua continuidade.
- ❺ O programa de atenção integral à saúde do idoso, do Ministério da Saúde, em relação à prevenção de agravos à saúde, preconizou a utilização de uma única vacina nos idosos, a vacina antigripal (ou antiinfluenza), que deve ser aplicada anualmente.

QUESTÃO 71

Julgue os itens abaixo, relativos à política oficial de assistência à saúde do idoso e a políticas mais específicas acerca da atenção à saúde do indígena.

- ❶ O programa de atenção integral à saúde do idoso, do Ministério da Saúde, em relação à assistência à saúde, incluiu, além da consulta geriátrica nos ambulatórios, uma interface com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e o Programa de Saúde da Família (PSF), para assistência domiciliar.
- ❷ A política de saúde indígena inclui, do ponto de vista programático, a atenção à saúde do indígena, desenvolvida por meio da criação de distritos sanitários especiais indígenas, cuja organização é atribuição das secretarias estaduais de saúde.
- ❸ A organização do fluxo de atenção à saúde do índio, na concepção dos distritos sanitários especiais indígenas, inclui pólos-base e casas de saúde do índio, aos quais conflui a clientela dos aldeamentos indígenas, e dos quais a mesma deve ser referida a outras instituições.
- ❹ A população indígena brasileira é estimada em mais de 350.000 pessoas, pertencentes a cerca de 210 povos, com 170 línguas até hoje identificadas. Mudanças na atribuição institucional dos órgãos estatais e a recente formulação da política de saúde do indígena levaram à criação de apenas dez distritos sanitários especiais indígenas (DSEI) até dezembro de 2001. Todos eles se encontram em diversas fases de implantação e concentrados nos estados da região Norte.
- ❺ A urgência em formular uma política de saúde que abarcasse as especificidades dos povos indígenas, que levou à implantação do subsistema de atenção à saúde indígena, deveu-se às dificuldades operacionais de inserir no SUS a demanda desse contingente populacional. Quanto às condições de saúde em geral, as taxas de morbimortalidade da população indígena são comparáveis às da população brasileira em geral.

QUESTÃO 72

Um dos indicadores de saúde oral é o chamado índice CPO, que se baseia na contagem de dentes cariados, perdidos e restaurados (obturados). No Brasil, um levantamento realizado em 1986, revelou que as crianças com doze anos de idade tinham em média de seis a sete dentes nessa situação. Graças a medidas preventivas promovidas pelo Ministério da Saúde, como a fluoretação da água de consumo, o levantamento realizado em 1996 revelou uma queda das médias em relação ao levantamento de 1986. A respeito desse tema, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ É correto afirmar que, em 1986, a situação de saúde bucal de crianças brasileiras com doze anos de idade era bastante desfavorável, pois a OMS considera que, para essa idade, a criança poderia ter, no máximo, três dentes cariados, perdidos ou obturados (CPO).
- ❷ O levantamento de CPO realizado em 1996 mostrou que não há diferença entre áreas rurais e urbanas. As médias do número de dentes CPO eram muito semelhantes nas duas áreas.
- ❸ O levantamento realizado em 1996 mostrou que os locais avaliados, quando agregados em macrorregiões, revelaram maiores médias de dentes CPO nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- ❹ Um dos problemas mais graves da fluoretação da água de consumo é a fluorose, que afetou os países pioneiros nessa política de saúde. A legislação brasileira baseia-se no Decreto n.º 76.872/1975, que regulamenta a Lei n.º 6.050/1974, que dispõe sobre a fluoretação da água em sistemas públicos de abastecimento. Infelizmente, na época, não foi mencionada a questão das concentrações mínimas e máximas do íon fluoreto a ser mantida em sistemas de abastecimento.
- ❺ Considere que uma prefeitura tem sistema de abastecimento de água, mas não tem estação de tratamento. Se a administração municipal está planejando ampliar o sistema de abastecimento, mas não contempla a instalação de uma estação de tratamento, a prefeitura não está obrigada a incluir planos relativos à fluoretação da água, de acordo com a legislação vigente.

QUESTÃO 73

A política do Ministério da Saúde para a promoção da saúde oral inclui a fluoretação de água de abastecimento além de incentivos às ações assistenciais odontológicas no âmbito do PSF. Municípios são qualificados para o incentivo de saúde bucal do PSF. No que se refere a esse assunto, julgue os itens seguintes.

- ❶ A cobertura da fluoretação de águas de abastecimento público pode ser estimada por meio do número de habitantes dos municípios que possuem esse serviço. No Brasil, os últimos levantamentos indicam que 70% da população se beneficia da água fluoretada.
- ❷ A habilitação de um município para os incentivos de saúde bucal deve ser submetida à secretaria estadual de saúde (Coordenação de Saúde Bucal) para ser encaminhada à CIB, que deverá apreciá-la e aprová-la quando procedente.
- ❸ Se um município pequeno possui apenas uma equipe do PSF e não tem nenhum profissional de saúde bucal, o município será considerado prioritário para ser habilitado aos incentivos da saúde bucal, sob a Coordenação de Saúde Bucal da Secretaria de Saúde de seu estado.
- ❹ O Ministério da Saúde estipula que o cadastramento das equipes de saúde bucal dos municípios no sistema de informações da atenção básica é requisito para o pagamento de incentivos de saúde bucal. O único profissional que deve-se cadastrar é o cirurgião-dentista. Outros membros das equipes, tais como os atendentes de consultório dentário e os técnicos em higiene dental, não precisam de cadastramento.
- ❺ Os critérios de seleção, contratação, bem como a definição da remuneração dos integrantes das equipes de saúde bucal dos municípios devem ser estabelecidos pelas prefeituras.

QUESTÃO 74

O Ministério da Saúde tem respondido às crescentes demandas e deficiências de formação e distribuição dos recursos humanos mediante a elaboração de alguns programas. Com referência a esses programas, julgue os itens a seguir.

- ❶ Um dos problemas atuais da formação de profissionais de medicina é a inadequação dos programas acadêmicos à realidade do trabalho nos serviços de saúde. Algumas escolas de medicina têm adotado estratégias pedagógicas tais como a aprendizagem autodirigida, a aprendizagem em pequenos grupos, a aprendizagem com base em problemas (*problems based learning* – PBL), bem como a orientação à comunidade. Essas estratégias são recentes no Brasil, e nenhuma universidade as adota oficialmente.
- ❷ Segundo levantamento realizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), 1.200 municípios brasileiros não têm médicos neles residindo, sendo que 500 municípios não registram nem mesmo procedimentos médicos. Há também falta de profissionais de enfermagem. Uma intervenção corretiva é o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde (PITS), instituído pelo Decreto n.º 3.745/2001, e regulamentado pela Portaria n.º 227 – GM/2001. O programa, mesmo prevendo a capacitação de profissionais para atuarem no interior, não prevê nenhuma conexão com o PSF.
- ❸ O PITS prevê, inicialmente, como público alvo, exclusivamente, profissionais da enfermagem, por considerar essa profissão mais necessária nos municípios inicialmente selecionados.
- ❹ O PITS prevê, inicialmente, a seleção de certo número de municípios prioritários. Os critérios para a seleção desses municípios incluem a localização em determinadas regiões do país, o número de habitantes e a taxa de mortalidade infantil.
- ❺ O PROFAE é um programa de formação, qualificação e complementação profissional de recursos humanos, que tem como clientela-alvo setores tradicionalmente pouco reconhecidos no exercício profissional da enfermagem, tais como: atendentes e auxiliares de enfermagem não-qualificados.

QUESTÃO 75

Os programas que fazem parte da política de recursos humanos do Ministério da Saúde buscam atender melhor à demanda dos serviços. A regulação das profissões de saúde, em seus aspectos éticos e científicos, é fundamental, já que influencia a qualidade da prestação dos serviços. No que se refere a esses aspectos, julgue os itens abaixo.

- ❶ O sistema de certificação profissional com base em competências é uma iniciativa do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), que pretende, para fins de equivalência educacional, reconhecer e certificar competências adquiridas por meio do trabalho e de cursos informais. O sistema tem implicações importantes na política de recursos humanos na área da saúde.
- ❷ Uma das maiores dificuldades que enfrentam os serviços de saúde no nível local é a falta de capacitação dos gestores de unidades básicas de saúde do SUS. O projeto de desenvolvimento gerencial de unidades básicas de saúde (GERUS), do SUS, que busca remediar essa situação mediante a oferta de cursos de especialização, é uma iniciativa das instituições de ensino superior (IES).
- ❸ A rede observatório de recursos humanos em saúde (ROREHS), instituída pela Portaria n.º 26/1999, está integrada por instituições de ensino, pesquisa e serviços, adstritas à coordenação geral de desenvolvimento de recursos humanos para o SUS. Pode-se afirmar que, entre suas atribuições, encontram-se o acompanhamento das mudanças nas relações de trabalho e emprego do setor saúde, bem como a regulação do exercício de ocupações de saúde.
- ❹ Em uma capital de um estado da região Sudeste, foi denunciado um fato relacionado à falta de ética no exercício da medicina, sendo constatado que a instituição em que o fato ocorreu faz publicidade intitulado-se clínica especializada, sem estar legalmente habilitada para funcionar como tal, além de não ter diretor-técnico devidamente autorizado. Nessa situação hipotética, a apuração dos fatos e a instalação de processos ético-profissionais contra os responsáveis, conforme a legislação em vigor, constitui responsabilidade do CFM.
- ❺ O perfil dos agentes comunitários de saúde (ACS) nunca foi um aspecto polêmico, já que, desde a implementação do PACS/PSF, as funções e as especificações da formação dos agentes foram claramente definidas, diferenciando-se suas atividades daquelas exercidas pelos profissionais de enfermagem, serviço social e ainda dos atos médicos.

QUESTÃO 76

Julgue os itens abaixo, com referência à bioética

- ❶ As áreas da bioética e da deontologia médica são idênticas, já que lidam com os princípios da autonomia, beneficência, não-maleficência, justiça e equidade nos mesmos campos de aplicação.
- ❷ A Lei n.º 9.434/1997, regulamenta a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Um médico que realiza um enxerto, sabendo que a doação do tecido foi realizada contra a vontade do doador, está cometendo um crime, mesmo que não tenha responsabilidade direta na remoção do tecido.
- ❸ Uma pessoa sem-teto, não-identificada, dá entrada em um hospital, vítima de atropelamento, e falece após quatro dias de internação no CTI, onde seu estado clínico progrediu de coma a morte cerebral. A remoção *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo dessa pessoa seria permitida sob os termos Lei n.º 9.434/1997, que regulamenta a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.
- ❹ Uma mãe, na condição de cidadã juridicamente capaz, pode dispor de um órgão ímpar para ser transplantado em seu filho, mesmo que isso represente grave comprometimento de suas aptidões vitais. A legislação estabelece que isso será permitido sempre que a interessada autorizar, preferencialmente por escrito e diante de testemunhas, especificando o órgão objeto da retirada.
- ❺ Um dos aspectos mais importantes da bioética está relacionado à ética da pesquisa envolvendo seres humanos. As bases legais para a normatização ética desse tipo de pesquisa no Brasil fundamentam-se nas Leis de Nürnberg (1935), que estabeleceram os delineamentos da declaração de Helsinque (1947).

QUESTÃO 77

Com referência à aplicação da bioética no planejamento familiar e nas pesquisas com material genético, julgue os itens que se seguem.

- ❶ De acordo com a Lei n.º 9.263/1996, que regula o planejamento familiar, uma mulher com 22 anos de idade, com quatro filhos vivos, pode ser submetida à esterilização voluntária desde que observado o prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico.
- ❷ Em uma situação de risco para a saúde da mulher ou do futuro concepto, a esterilização cirúrgica voluntária pode ser permitida sempre que haja testemunho em relatório escrito e assinado por dois médicos.
- ❸ Uma mulher múltipara pode ser submetida à esterilização cirúrgica no evento de um aborto espontâneo.
- ❹ No Brasil, atualmente, o aborto é considerado crime e está incluído no Código Penal. As seguintes exceções encontram-se contempladas no código: estupro, risco de vida materno e presença de anomalias fetais.
- ❺ Um laboratório de uma universidade pública brasileira quer realizar experimentos sem objetivos reprodutivos, a partir de embriões com até 14 dias de vida, e solicita permissão para desenvolver linhagens de células-tronco com finalidades terapêuticas. Nessa situação hipotética, a atual legislação, que estabelece normas para uso de técnicas de engenharia genética, habilita a instituição para a execução de tais pesquisas.

QUESTÃO 78

A acupuntura consiste em uma prática terapêutica milenar, com base na racionalidade da medicina tradicional chinesa. No Brasil, muitos a consideram uma terapia não convencional ou uma forma de medicina alternativa, o que explica os desafios enfrentados para sua regulamentação. A homeopatia, apesar de sua história, é considerada contra-hegemônica. No que se refere a esse tema, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Uma proposta de aprovação da prática da acupuntura como atividade terapêutica passível de ser realizada por médicos, apresentada em 1995, foi rejeitada pelo CFM.
- ❷ O projeto encaminhado ao Senado Federal em 2000, com seus substitutivos, contando com apoio da Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura (SMBA), buscava a utilização legítima desse recurso terapêutico apenas por profissionais da medicina, odontologia e medicina veterinária. Entre outras premissas, a proposta fundamenta-se no fato de considerar a colocação das agulhas como um ato cirúrgico relativamente invasivo e na necessidade do diagnóstico clínico.
- ❸ A reserva da legitimação da prática da acupuntura apenas para médicos, veterinários e odontólogos, cuja discussão encontra-se nas comissões do Senado Federal, não entraria em conflito com outras áreas profissionais. Conselhos federais e órgãos colegiados de outras profissões não têm aprovado até hoje sua utilização nas respectivas profissões.
- ❹ Com base na legislação que lhe outorga faculdades *ad hoc*, resoluções do CFM têm determinado a exclusiva competência do profissional da medicina para a realização de determinadas práticas e procedimentos, como por exemplo, a execução e interpretação de exames ultra-sonográficos e a introdução de catéter arterial ou venoso profundo. Nesse sentido, a acupuntura já foi considerada uma atividade médica.
- ❺ A prática da medicina homeopática não é ainda reconhecida como especialidade médica, apesar de aceita pelo CFM como atividade terapêutica passível de ser realizada por médicos.

QUESTÃO 79

A proteção do consumidor de bens e serviços que podem afetar a saúde é um aspecto importante das políticas públicas que indiretamente promovem a saúde. Nesse sentido, em 1991, entrou em vigor o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC). De um modo mais diretamente relacionado ao campo da saúde, o consumidor de bens e serviços de saúde — o paciente — deve ser também protegido. A esse respeito, a Associação Médica Mundial promulgou a Declaração de Lisboa de Direitos do Paciente, em 1981, sendo referendada pela ONU em Bali, Indonésia, em 1995. Com respeito a esse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Um consumidor compra um alimento industrializado que, estando em boas condições e dentro do prazo de validade, poucas horas depois do consumo produz uma doença diarreica aguda. O produto não continha informação impressa alertando para esse risco. Havendo responsabilidade do fabricante, o CDC contempla os aspectos relatados na situação exposta.
- ❷ Um determinado serviço pode ser potencialmente ou eventualmente nocivo para a saúde. Já um outro apresenta alto grau de periculosidade para a saúde. O CDC não estipula diferenças entre essas duas situações quanto à possibilidade de colocar os dois produtos no mercado.
- ❸ Um médico apresenta fotografias de pacientes em um evento científico. Um dos pacientes é identificado pela audiência por se tratar de um personagem famoso. Informações, a princípio confidenciais, mesmo que descobertas para outros provedores de cuidados de saúde, poderiam ter conseqüências para esse paciente. Nesse caso hipotético, uma possível violação dos direitos do paciente estaria contemplada na Declaração de Lisboa.
- ❹ A Declaração de Lisboa reconhece o direito dos pacientes a se recusarem a participar em pesquisas ou ensaios de medicamentos. Se o paciente estiver inconsciente, o consentimento seria dado por um representante legalmente indicado ou legalmente pertinente. No Brasil, a Resolução n.º 196, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), na parte correspondente à definição de termos, às noções de vulnerabilidade e incapacidade de pessoas ou grupos sujeitos a pesquisa, não confere relevância especial quanto à capacidade de consentimento livre e esclarecido.
- ❺ A Declaração de Lisboa reconhece o direito dos pacientes a cuidados terminais humanitários, providos com toda ajuda disponível, a fim de que a morte seja tão confortável quanto possível. A Declaração de Madrid (também da Associação Médica Mundial, de 1987) considera a eutanásia um procedimento eticamente inadequado. No Brasil, se um médico assistir ativamente a um paciente, colaborando com a sua morte, isto é, se causar eutanásia para evitar maiores sofrimentos e prolongar desnecessariamente a vida, estaria em falta com a ética.

QUESTÃO 80

A legislação de competência do governo federal tem garantido os direitos relacionados à saúde em diversos setores e âmbitos. A respeito dessa legislação, julgue os itens a seguir.

- ❶ A prefeitura de um município da região Norte é extremamente carente para satisfazer suas necessidades orçamentárias em seguridade social. Nessa situação, o município estará contemplado pela legislação vigente a respeito de seguridade social, que prevê a alocação de recursos para o SUS e para a assistência social, bem como sua transferência da União para os estados, o Distrito Federal e os municípios.
- ❷ Um laboratório privado brasileiro, associado a uma indústria de alimentos, quer produzir modificações genéticas em vegetais para otimização da produção de determinado produto. O organismo a quem compete legalmente a regulamentação nesse campo é a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTN-Bio), adstrita ao Ministério de Ciência e Tecnologia. No caso descrito, uma Comissão Interna de Biossegurança (CIBio), que abordaria a situação, é responsabilidade do setor governamental de vigilância sanitária.
- ❸ A proteção dos pacientes submetidos a pesquisas médicas é um tema na bioética, cuja regulamentação é de competência do governo federal, sendo o CNS o órgão competente. A Resolução n.º 196 do CNS, na seção correspondente à operacionalização de diretrizes e normas éticas da pesquisa envolvendo seres humanos, estabeleceu que os pesquisadores devem manter em arquivo, sob sua guarda, durante dez anos, os dados de pesquisas contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).
- ❹ A proteção dos direitos do paciente submetido a pesquisas clínicas é garantida por meio da regulamentação da ética em pesquisa, cuja competência é exercida pelo CNS. Um hospital universitário, integrante de uma IES, ao organizar seu CEP com o objetivo de apreciar os aspectos éticos de eventuais investigações realizadas em seus pacientes, define os patamares de remuneração dos membros de comitês de ética em pesquisa, de acordo com a Resolução n.º 196 do CNS, que estabelece tetos de custeio para esse pagamento.
- ❺ A ética dos procedimentos de manipulação genética é um problema contemporâneo de grande importância. A legislação vigente (art. 13 da Lei n.º 8.974/1995), que estabelece normas para o uso de técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente, de organismos geneticamente modificados, determina que é permitida a manipulação genética de células germinais humanas, desde que se respeitem os princípios de autonomia e beneficência, bem como a aprovação da CTN-Bio.